

PAISAGEM E PAISAGENS: USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA BACIA DO RIO CURU/CE

Prof^a Dr^a Fátima Maria Soares
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará
doninha@ufc.br

RESUMO

Este artigo faz um estudo das alterações nas paisagens da bacia hidrográfica do rio Curu ao longo de sua história de ocupação. Foram resgatadas informações relativas à organização político-administrativa, a partir da chegada dos portugueses no Ceará, como se encontra a estrutura fundiária atual, utilização das terras, condições de vida da população da zona rural, em sua relação com o clima semi-árido e a apropriação e uso da terras, que propiciaram a formação das paisagens.

Palavras chave: Paisagem, uso e ocupação da terra, bacias hidrográficas, semi-árido.

ABSTRACT

This article has the purpose of doing a study of the alterations in the landscapes of the basin hydrographic of the river Curu during its occupation history. For so much, relative information were rescued to the appropriation and use of lands, that propitiated the formation of the landscapes as they are in our days.

Key words: Landscape, use and occupation of land, semi-arid.

Introdução

Este artigo tem como propósito fazer uma análise de como a paisagem da bacia hidrográfica do rio Curu/Ceará, localizada entre a micro-região do Uruburetama, Maciço do Baturité e Complexo Itaitira (entre as latitudes 3° 18' 36" a 4° 32' 25" S e longitudes 38° 48' 19" a 39° 46' 04" W), foi se modificando ao longo do tempo. Para tanto, buscou-se coletar informações de dados históricos, populacional, estrutura agrária e fundiária, de recursos hídricos, e ainda, de uso da terra, que por sua vez, ao serem trabalhados e inter-relacionados com projetos de impactos implantados na área, tornou possível identificar os fatores que permitiram a mudança das paisagens.

Metodologia

Para viabilizar a pesquisa foram levantados dados censitários referentes à população, como também, agropecuários, industriais, de estrutura da terra e agrários, de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e de mapeamento de uso da terra com base em imagens do satélite Landsat (TM/5 1993/94, escala 1:100 000), o que veio propiciar o seu re-trabalho de forma estatística, permitindo, assim, facilitar a análise ora referenciada.

Paisagem e Paisagens

O estudo da paisagem passa pela concepção do que é visível, de como cada indivíduo, comunidade ou sociedade percebe e se identifica com o cenário que se vislumbra. Essa visão tem um caráter sempre dinâmico, pois nela está atrelada a condição psico-socioeconômica em que se encontra cada observador. No entanto, independentemente desse tipo de análise, a paisagem é antes de tudo um quadro fisionômico de uma determinada área espacial, cujo arranjo de seus complexos elementos dá a cada lugar características peculiares e próprias de si mesmo. Essa paisagem, não só visualizada, percebida e sentida, é sobretudo delimitada, vive em constante transformação, uma vez que suas mudanças estão atreladas às alterações da natureza, mas sobretudo da sociedade.

Daí, ao observar uma determinada área, visualiza-se o arranjo espacial do hoje, mas ao mesmo tempo, nos remetemos ao passado, quando paramos para analisar que por trás daquela paisagem há uma história, que a faz parar no tempo ou ser palco de sucessivas mudanças, conforme as atividades econômicas e culturais determinantes na origem e formação desta sociedade.

Ao fazer essa análise, faz-se necessário reconstituir sucintamente as transformações ocorridas ao longo da bacia do Curu, que possibilitaram a formação do quadro fisionômico da paisagem atual. O que se pode relatar, com base em estudos efetuados por historiadores cearenses, é que o colonizador, ao aportar em terras brasileiras, encontrara uma civilização à qual ele denominou de “indígena”, que possuía uma relação com seu espaço, diferente da concepção a que vinha o colonizador.

Os antigos donos da terra mantinham uma relação de simbiose com a natureza, da qual utilizavam e extraíam seus recursos para atender suas necessidades. A prática de se utilizar apenas o necessário às suas manutenções, propiciava um maior equilíbrio entre os recursos e os seus usos. Outro ponto de equilíbrio eram os constantes deslocamentos que possibilitavam a reestruturação das áreas que apresentavam escassez de recursos. A relação de poder de cada grupo consistia em salvaguardar seus territórios, conseguindo com isto garantia de sobrevivência para os seus membros.

No entanto, do outro lado do Oceano Atlântico, as relações de dominação já tinham superado esta fase e o que se desenrolava era uma relação de poder de povos conquistadores de espaços, numa relação de dilapidação com a natureza, de devastação e de trocas incessantes.

A chegada do colonizador trazia uma nova visão de mundo, que consistia em ocupar novas terras, desbravá-las, dominá-las e colonizá-las.

Dentro deste contexto histórico, as terras do Brasil foram colonizadas aos poucos e ao longo do século XVI e XVII. No Ceará, a ocupação se arrasta por todo século XVII e se consolida no século XVIII. No litoral cearense as lutas eram constantes entre colonizador, aborígenes e corsários franceses e holandeses. A fixação dos portugueses só ocorreria, após lutas atroz, inicialmente, próximo à fronteira da Província do Rio Grande do Norte, consolidando-se mais tarde quando da construção do Forte de Nossa Senhora da Assunção, marco de ocupação da cidade de Fortaleza. A posição estratégica desse povoado propiciou condições favoráveis à fixação e colonização desta Província. No sertão, o processo de ocupação processava-se paulatinamente, pela penetração do gado *vacum*, que em suas migrações constantes desbravaram o interior nordestino.

Como todo processo de ocupação do Nordeste brasileiro, as terras eram doadas em sesmarias a fidalgos portugueses, que aqui chegavam ou delegavam a outrem o direito a ocuparem as terras então recebidas. Outra forma de ocupação era através da doação; as freguesias são terras doadas aos missionários jesuítas, que tinham a função de colonizar e evangelizar os índios.

Na bacia do rio Curu, sua área territorial foi dividida por sesmarias; de Uruburetama a São Gonçalo do Amarante e pelas freguesias de Pentecostes e Canindé. A partir do século XIX, essa área territorial começa a ser alvo de desmembramento, alterando sua divisão administrativa. Assim, surgiram Itapajé, São Luís do Curu, Umirim e Tejuçuoca, que foram desmembrados da sesmaria de Uruburetama. Paracuru e Paraipaba, da sesmaria de São Gonçalo do Amarante. Apuiarés, da freguesia de Pentecostes, Caridade, Gen. Sampaio e Paramoti, da freguesia de Canindé.

A divisão administrativa nessa área territorial denotava as mudanças que estavam se desenrolando neste espaço, através da fixação de grupos populacionais em povoados e vilas. No entanto, fora a introdução do gado bovino, as práticas agrícolas mantiveram-se as mesmas desenvolvidas pelos índios.

Com a fixação e formação dessas localidades, inicia-se uma fase de transformação dos espaços urbanos, constituídos pelas populações residentes na sede dos distritos e municípios e pelos moradores da zona rural, identificados pelo crescimento populacional que, em 1960, concentrava no campo uma população de 72,87%, contra 27,13% fixada na área urbana, passando a mesma em 1991 para 60,74% na zona rural e 39,26% na zona urbana. Apesar do crescimento populacional urbano ter sido bastante representativo, os Municípios de Apuiarés, Canindé, Caridade, Gen. Sampaio, Paraipaba e Tejuçuoca, ainda detêm uma maior população na zona rural.

A tabela n 1 a seguir pode melhor explicar o crescimento populacional na Bacia do Curu e constatar que esta área é caracteristicamente rural; sua economia e sua população estão vinculadas à prática agrícola, constituída em grande parte por pequenos agricultores, espalhados por todo o vale e que dependem da agricultura para sua subsistência.

Todo espaço territorial da bacia é ocupado por um grande contingente populacional que retira da atividade agrícola o sustento para sua família. Com estas características, é de se presumir que seja uma área de constantes conflitos de terra e com inúmeros projetos de assentamento.

Tabela 1
População da Zona Rural e das Sedes dos Distritos e dos Municípios da Bacia
Hidrográfica do Curu(1960-1991)

MUNICÍPIO	RURAL 1960	URBANA 1960	TOTAL 1960	RURAL 1991	URBANA 1991	TOTAL 1991
APUIARÉS	6.812	1.057	7.869	5.697	3.828	9.525
CARIDADE	7.464	1.125	8.589	6.752	5.627.	12.379
CANINDÉ	30.959	6.757	37.716	31.627	30.023	61.650
GEN.SAMPAI	3.584	757	4.341	3.795	1.772	5.567
ITAPAGÉ	23.717	6.097	29.814	13.670	18.978	33.648
PARACURU	16.488	3.782	20.270	9.793	11.144	20.937
PARAIPABA*	6.037	1.298	7.335	11.950	7.828	19.778
PARAMOTI	7.635	836	8.471	7.651	2.802	10.453
PENTECOSTE	2.252	5.639	27.891	15.678	16.569	32.247
SÃO LUÍS DO CURU	3.644	3.257	6.901	3.676	6.934	10.610
TEJUÇOCA*	3.269	286	3.555	9.582	2.202	11.784
UMIRIM*	3.124	1.187	4.311	7.585	7.744	15.329
TOTAL	134.985	32.078	167.063	128.456	115.451	211.454

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 1960/1991.

* Em 1960 Paraipaba, Distrito de São Gonçalo do Amarante, desmembrado em 1985; Tejuçuoca Distrito de Itapagé, desmembrado em 1987; e Umirim, Distrito de Uruburetama, desmembrado em 1985.

Em termos de utilização das terras (Tabela 02), a atividade agrícola continua com a prática das lavouras tradicionais de subsistência, nas terras úmidas dos maciços, das serras e nos projetos de assentamentos agrícolas, com o plantio de frutíferas.

Com base em dados censitários, as lavouras temporárias do milho, feijão, mandioca, batata-doce, melancia, algodão herbáceo, assim como as bananeiras e a cana-de-açúcar, ocuparam 3,54% das lavouras em 1960, passando em 1996, para 9,40% das terras dos vales úmidos e das terras irrigáveis.

As lavouras permanentes, constituídas basicamente por frutíferas e por uma restrita área com plantio de algodão arbóreo, ocuparam em 1960, 3,54%, passando em 1996 para apenas 3,31% das terras cultivadas.

As áreas de pastagem, destinadas à criação do gado bovino, caprino e de muares, em 1960, ocupavam 14,52% e em 1996, 20,22% dos pastos. Esse crescimento decorre da implantação de programas

de ajuda ao pequeno produtor (Programa Pequeno Produtor-PAPP, Programa Padre Cícero e Projeto Sertanejo), que tinham como objetivo propiciar a compra de rebanhos de pequeno porte para complementar a dieta alimentar e uma renda suplementar, quando da venda em período de necessidade.

As matas naturais, constituídas em sua grande maioria pela vegetação de caatinga, têm uma cobertura de 33,35% em 1960. Em 1996, as áreas utilizadas pelas matas passam a representar 44,42%, crescimento atribuído à recuperação de áreas anteriormente utilizadas para a agricultura.

As terras não utilizadas, constituídas por afloramentos rochosos, áreas do entorno das barragens e açudes, áreas improdutivas após anos de atividade agrícola, áreas de mineração e de empréstimo, ocuparam 40,43% em 1960. Em 1996 este tipo de ocupação representa apenas 13,52% da área total utilizada.

Observa-se que, ao longo do período 1960, as lavouras permanentes, temporárias e pastagens ocuparam 25,73% das áreas cultivadas e passaram a ocupar 34,93% em 1996. Isto decorre da implantação de projetos agrícolas próximos aos açudes e em trechos do rio perenizado. As áreas restantes foram ocupadas por matas naturais e áreas não utilizadas. O que se pôde observar foi um aumento da cobertura vegetal na área da bacia, que em 1960 era em torno de 33,70% e que em 1996 passa para 44,72%. Apesar de ter sido registrado um crescimento da área utilizada por vegetação natural, a retirada da cobertura vegetal para fabricação do carvão vegetal é prática constante ao longo da área de pesquisa.

Com a introdução de novos projetos agrícolas e reservatórios de água superficial, a retirada da vegetação natural é inevitável. Mas, apesar do ocorrido, em 1996 poucas áreas foram devastadas, enquanto em 1960 a área da bacia hidrográfica do Curu atingiu a 48.711 ha. Esta retração na retirada da vegetação natural, provavelmente, se deve a dois anos consecutivos de chuvas 1984-1985, que direcionaram os agricultores à prática da agricultura nas áreas, anteriormente ocupadas por estas lavouras, não havendo necessidade de novos cortes e abertura de áreas para esta atividade econômica.

Tabela 2
Utilização das Terras da Bacia Hidrográfica do Rio Curu (1960/1996)

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	1960	%	1996	%
LAV.PERMANENTES	24.941	3,54	16.291	3,31
LAV.TEMPORÁRIAS	54.057	7,67	46.207	9,40
PASTAGENS NATURAIS	102.207	14,51	109.180	22,22
PASTAGENS ARTIFICIAIS	-	-	-	-
MATAS	234.823	33,34	218.381	44,42
REFLORESTAMENTOS	2.500	0,35	1.480	0,30
ÁREAS NÃO UTILIZADAS	284.686	40,42	66.476	13,52
TERRAS IRRIGADAS	982	0,17	-	-
LAVOURAS EM DESCANSO	-	--	33.575	6,83
TOTAIS	704.196	100	491.590	100

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários – 1960/1996

Segundo categoria de tamanho de propriedades rurais (Tabela 03), a bacia conta com 3.369 propriedades entre 0 a 50 ha, 1.076 entre 50 a 100 ha e 1.114 de mais de 100 ha. As 4.445 propriedades entre 0 a 100 ha, ocupam 115.568,5 ha, enquanto 1.114 proprietários de 100 a mais ha, ocupam 352.396,8 ha, das terras da bacia do Curu. A concentração de terras nas mãos de grandes proprietários gera conflitos permanentes de terra, ocorrência comum na área e que é identificada pelos inúmeros projetos de assentamento agrícola.

No Nordeste Brasileiro (não poderia ser diferente) na bacia do Curu, em grande parte as pequenas propriedades estão próximas aos cursos d'água, rios e riachos. Entretanto, como o tamanho das propriedades é reduzido, em sua maioria entre 0 a 50 ha, as constantes partilhas das terras, entre as famílias, reduzem as glebas e portanto a produção. Outro fator é parte dessas terras serem localizadas nos interflúvios, onde a falta d'água é permanente. Como a atividade agrícola está atrelada aos meses de chuvas, a produção está sempre comprometida. Todos esses fatores atuantes na vida do sertanejo os conduzem a uma pobreza permanente e a um estado de miséria, quando assolados ciclicamente pelas estiagens prolongadas. Este quadro se repete ao longo dos séculos, sem que sejam tomadas medidas efetivas, especificamente, no que se refere a programas de recursos hídricos, que venham suprir a falta d'água, através dos múltiplos mecanismos de captação e gerenciamento, garantindo-a, nos anos secos.

A preocupação dos governantes para sanar a sede e a fome da população só ocorre durante os períodos de estiagem. Não há por parte do poder público programas permanentes, que viabilizem a captação e gerenciamento da água, para o abastecimento e produção de alimentos a esta população, durante os anos chuvosos e secos.

Tabela 3
Quadro das propriedades rurais por categorias de tamanho (ha)

LOCALIDADES	Nº	5 a 10 ha	Nº	10 a 50 ha	Nº	50 a 100 ha	Nº	+ 100 ha
APUIARÉS	37	169,2	205	5.315,5	64	4.728,5	56	16.619,5
CARIDADE	59	337,1	120	3.308,7	58	4.074,5	100	31.297,5
CANINDÉ	108	669,9	453	13.803,5	362	2.585,9	391	167.548,8
GEN. SAMPAIO	2	16,3	36	1.128,6	46	3.462,7	31	6.557,1
ITAPAGÉ	233	1.334,6	317	7.939,3	91	6.428,1	82	23.614,6
PARACURU	564	1.726,1	183	3.816,8	31	2.109,7	31	13.746,9
PARAIPABA	107	424,1	53	1.176,2	21	1.392,5	23	5.639,9
PARAMOTI	32	185,4	173	5.898,7	98	6.710,0	71	27.125,2
PENTECOSTE	85	506,6	276	7.504,2	133	9.277,4	185	71.719,2
SÃO LUIS DO CURU	33	153,2	117	3.126,2	36	2.426,7	20	6.477,1
TEJUÇOCA	8	59,5	56	1.644,9	102	7.314,4	85	30.849,3
UMURIM	25	178,5	85	2.212,8	34	2.423,6	39	15.741,7
TOTAL	1.294	5.761,8	2.075	56.875,4	1.076	52.931,3	1.114	352.396,8

Fonte: INCRA, 1999.

A falta de iniciativas por parte dos governantes tem dificultado o crescimento econômico desta área, onde o quadro paisagístico pouco tem se alterado ao longo do tempo. Nessas paragens só ocorrem mudanças, quando do corte de novas vias de acesso, da construção de açudes e barragens, dos assentamentos agrícolas, da vegetação natural sendo devastada, que faz com que o cenário modifique, mas aquele vivenciado pelo sertanejo continua o mesmo. São anos secos, com paisagem assoladora e anos chuvosos com paisagem verdejante; este cenário se arrasta por séculos. A dualidade intrínseca que caracteriza o clima semi-árido foi também incorporada pela sua população, que sazonalmente têm sua fome e sede saciadas, mas a pobreza permanece inalterada, o descaso e a falta de compromisso do poder público, com esta população, evidenciam-se por políticas de opressão, que os levam à submissão, garantindo com isto um pouco de benesse, principalmente nos anos assolados pelas secas.

A paisagem em seus múltiplos usos

No mapa de Uso da Terra (Figura 01), foram classificadas as seguintes grandes unidades: uso agrícola, vegetação natural e solo exposto. Foram tidas como uso agrícola todas as áreas onde há a prática desta atividade.

No caso das terras agrícolas do vale, elas se destinam à lavoura de subsistência de milho, feijão e mandioca, frutíferas nas áreas irrigadas, próximas à faixa do rio Curu perenizado e dos açudes General Sampaio, Caxitoré e Pereira Miranda. Como as melhores terras para as lavouras estão nas várzeas e em alguns interflúvios, toda a área disponível para esta prática é utilizada no período das chuvas. Nos latossolos próximos ao litoral, foi identificado plantio de cana-de-açúcar para atender à Usina Agro-Industrial Granjeiro e a Cia Agro-industrial Vale do Curu, ali instaladas, ocupando 1.114,8 km² (Fotos 1 e 2).

A vegetação natural está separada por estratos segundo o porte, sendo considerada como: caatinga densa, caatinga pouco densa, caatinga rala, e caatinga muito rala (Anderson et al, 1979). Essa classificação está vinculada basicamente a sua distribuição espacial em relação à cobertura superficial, que ocupa 7.708,8 km², assim distribuídos: densa 3.738,0 km², pouco densa 1.479,2 km², rala 2.011,4 km² e muito rala 480,2 km². Quando se têm solos espessos, a vegetação é mais densa e, à proporção que estes solos vão reduzindo sua espessura e aumentando sua pedregosidade, a vegetação vai diminuindo no porte e no adensamento. Basicamente toda área é coberta por vegetação de caatinga havendo, portanto, uma variação próxima ao litoral, onde há florescimento da vegetação que se assemelha ao cerrado, que cobre os Tabuleiros Pré-Litorâneos e se misturam com as caatingas. Essa mesclagem vegetacional encontrada nesta área se deve ao fato de ser comum e quase freqüente o surgimento de afloramentos rochosos, o que propicia o florescimento deste tipo de vegetação. Na nomenclatura examinada, é considerada como de transição, a faixa onde as condições de relevo, solo e pluviosidade favorecem o desenvolvimento de uma flora diversificada nesta região (Fotos 3 e 4)

Os solos expostos foram considerados todos aqueles que se apresentavam desprovidos de qualquer cobertura vegetal, seja natural ou cultivada, ocupando 804,4 km², de maneira que, tanto nas imagens de satélite como no trabalho de campo, foi possível identificar essas áreas, que estão em pousio ou que não se prestam ao florescimento de qualquer espécie vegetal. Essas áreas costumam aparecer nos trechos onde a semi-aridez é mais acentuada e o uso contínuo da área a leva a se tornar estéril (Fotos 5 e 6)

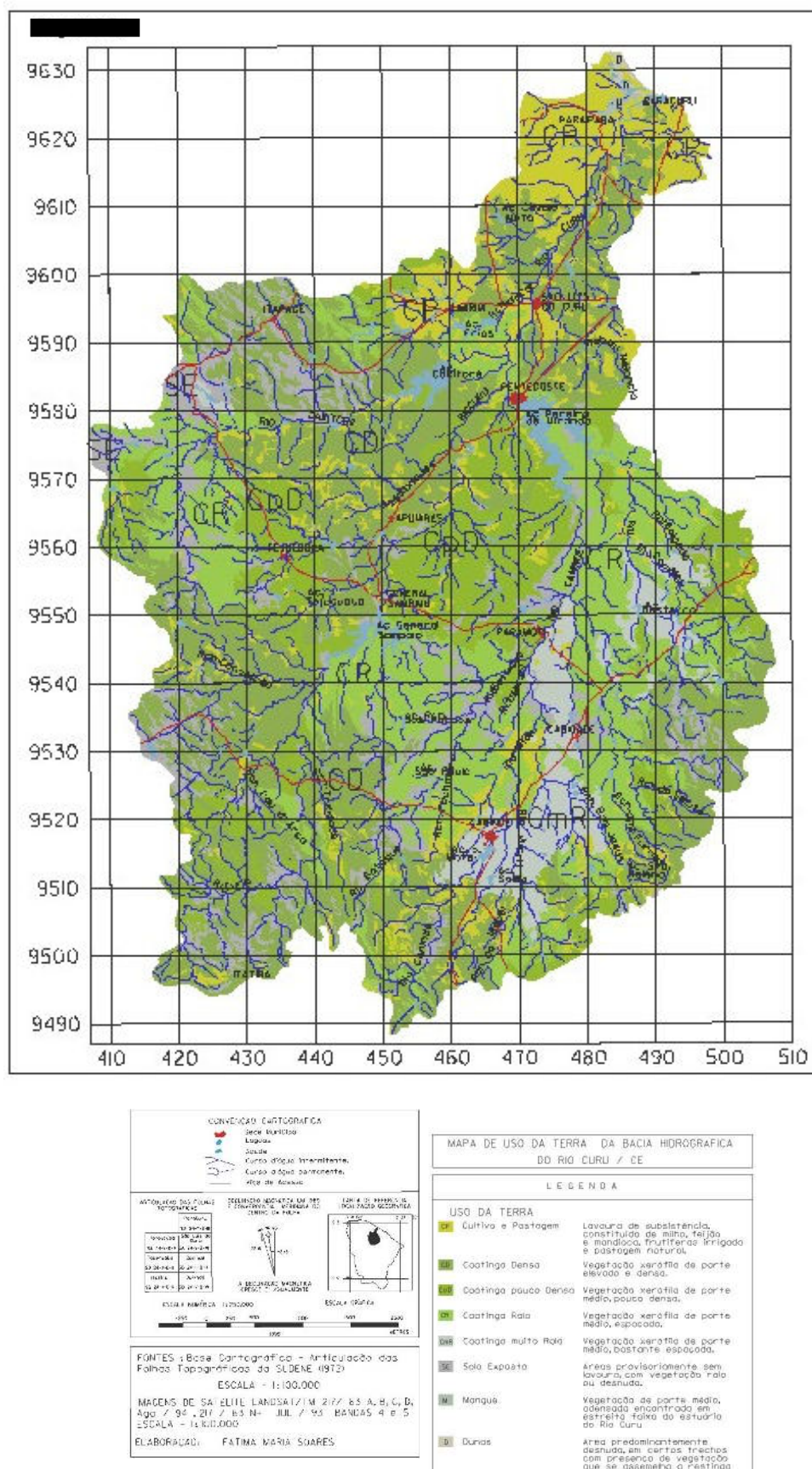
As áreas urbanas, onde se localizam as sedes e as comunidades, estão representadas por pequenas manchas, tendo em vista ocuparem uma pequena área espacial, com apenas 14,1 km². A sede dos municípios, como as comunidades espalhadas pelo vale, têm um quadro urbano que não se diferencia das outras cidades nordestinas, dispondo de poucos equipamentos urbanos, quase nenhuma infra-estrutura. Apesar desse quadro caótico, as cidades de Pentecoste, por estar erguida às margens do açude Pereira Miranda, o volume d'água deste atrai outras atividades econômicas como a pesca e o lazer. Dentro da nova proposta econômica de interiorizar a indústria, para regiões onde há mão-de-obra e redução dos custos, instalou-se em Pentecoste a Cacique Nordeste Ltda, indústria de fabricação de tênis, trazendo novas perspectivas para população local (Fotos 7 e 8).

Outra cidade é Canindé que, apesar de estar em pleno semi-árido, é o maior centro urbano do vale; para lá convergem romeiros nordestinos, de toda parte do País, que aqui vêm pagar suas promessas. Nesta cidade, São Francisco, seu padroeiro, atrai fiéis e faz crescer uma economia que gira em torno do sacro, reduto de peregrinação e portanto gerador de divisas. Como grande parte dos devotos é da população pobre do Nordeste, a infra-estrutura ali instalada vem atender a essa demanda.

Apesar da cidade de Canindé ter sua economia vinculada à peregrinação dos romeiros, o Município ainda concentra uma população rural maior do que a urbana. Conflitos de terra são constantes e o número de famílias assentadas no campo é superior ao dos demais municípios da bacia hidrográfica do rio Curu; são 1.264 famílias que ocupam 43.373,874 ha. Apesar da atividade econômica peculiar da Sede Municipal, sua economia é predominantemente agrícola, nas mesmas características dos demais municípios.

Todas as cidades do vale são interligadas pelas rodovias pavimentadas, tanto no sentido oeste, seguindo em direção ao Piauí, BR-222, como para o sul, em direção ao sertão central do Estado, CE-020. A 6 km da faixa litorânea, foi construída no início da década de 1990 a rodovia CE-085,

Figura 1 - Mapa de uso da terra da Bacia Hidrográfica do rio Curu/CE



denominada de “Sol Poente”, como parte do Projeto Turístico do Litoral Cearense. Ela tem a função de promover a entrada de empreendimentos ligados a esse tipo de indústria no Estado, permitindo, juntamente com a implantação de outros equipamentos de infra-estrutura, a entrada de divisas, via turismo: náutico, ecológico e de aventura - aptidões identificadas para o Estado.

No caso da bacia do Curu, a praia de Paracuru e o açude Pentecoste fazem parte do projeto turístico deste litoral. Serão exploradas as belezas naturais como: áreas de praias, coqueirais, lagoas, mangues, gamboas, ilhas, pontas, enseadas, dunas edafisadas, dunas móveis, rios, lagoas e lagamares; incentivos à produção artesanal, culinária, manifestações folclóricas e religiosas, organização produtiva, patrimônio cultural e histórico (Fotos 1 e 2).

Foto 1 - Projeto Agrícola, área de plantio de feijão, através de sistema de irrigação, município de Paraipaba/Ce.

F. M. Soares / Janeiro - 1999



F. M. Soares / Janeiro-1999.

Foto 2 – Lavouras irrigadas nas proximidades do Açude Pentecoste/Ce.